

## DEFESA ADMINISTRATIVA

**Processo Disciplinar nº 0437/2025**

**Interessado:** Luis Ferreira de Souza

**Clube:** Atlético Pé de Rato

**Competição:** Campeonato Regional de Futebol – Série A

**Artigo supostamente infringido:** Art. 254 do CBJD – Praticar jogada violenta

**À 6ª Comissão Disciplinar do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol,**

Luis Ferreira de Souza, atleta profissional vinculado ao **Atlético Pé de Rato**, inscrito na CBF sob o nº 998877-6, vem, com fulcro no artigo 35 e seguintes do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), apresentar sua

## DEFESA ADMINISTRATIVA

em razão da **intimação recebida** para responder à acusação de prática de **jogada violenta** durante a partida realizada em **14 de maio de 2025**, contra o time **União Recreativa Vai Que Dá**, válida pela **5ª rodada do Campeonato Regional de Futebol – Série A**, pelas razões a seguir expostas:

### I – DOS FATOS

Durante a referida partida, aos 23 minutos do segundo tempo, o atleta Luis disputou uma bola de forma legítima com o adversário, sem qualquer excesso ou deslealdade. No entanto, o árbitro da partida assinalou falta e aplicou cartão vermelho direto ao jogador, registrando posteriormente em súmula a conduta como “jogada violenta”.

Importante destacar que:

- A disputa foi de **bola**, sem intenção de atingir o adversário;
- Não houve qualquer **lesão** ou necessidade de atendimento médico ao atleta adversário;
- O lance foi interpretado de forma **isolada**, sem considerar o contexto da jogada, que envolveu **movimento natural** de disputa;

- **Imagens do jogo**, disponíveis na gravação da partida transmitida pela TV Regional Esportes, evidenciam que a jogada foi lícita e que não houve imprudência ou força excessiva.

## **II – DO DIREITO**

Nos termos do **art. 254 do CBJD**, configura-se jogada violenta quando o atleta, com uso de força desproporcional, coloca em risco a integridade física do adversário.

Contudo, para que se aplique a penalidade prevista no referido artigo, é necessário comprovar:

1. **A utilização de força desproporcional** ou conduta incompatível com o espírito esportivo;
2. **A existência de dolo** ou grave imprudência por parte do atleta;
3. **O risco efetivo à integridade física do adversário.**

No caso em tela, **nenhum desses requisitos se faz presente**. A jogada foi uma **disputa legal de bola**, sem excesso de força, sem agressão, sem imprudência, tampouco causou qualquer prejuízo ao adversário.

A penalização do atleta com base em um lance comum de jogo, ainda que interpretado de forma rigorosa pela arbitragem, **não deve prosperar na esfera disciplinar**, pois caracterizaria **injustiça desportiva**.

## **III – DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer:

1. O **arquivamento da denúncia** por ausência de infração disciplinar;
2. Subsidiariamente, caso não acolhido o pedido de arquivamento, requer-se a **desclassificação da conduta** para infração de menor gravidade (Art. 250 – Ato

desleal ou hostil), com aplicação da pena mínima ou advertência;

3. A **produção de prova de vídeo**, mediante juntada da gravação do jogo, para comprovar a inexistência da jogada violenta;
4. O deferimento para que o atleta seja **ouvido pessoalmente**, caso haja audiência.

Termos em que,

Pede deferimento.

**Brasília -DF , 21 de maio de 2025.**

**Luis Ferreira de Souza**

**CBF nº 998877-6**